

LUÍS GRECO

PODER DE JULGAR  
SEM RESPONSABILIDADE DE JULGADOR:  
A IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO JUIZ-ROBÔ

 Marcial  
Pons

MADRI | BARCELONA | BUENOS AIRES | SÃO PAULO

***Coleção Reflexões Jurídicas***

*Coordenadores*

Luís Greco

Adriano Teixeira

*Poder de julgar sem responsabilidade de julgador:  
a impossibilidade jurídica do juiz-robô*

Luís Greco

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

**CIP-Brasil. Catalogação na Publicação**  
**Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ**

---

G791p

Greco, Luís.

Poder de julgar sem responsabilidade de julgador: a impossibilidade jurídica do juiz-robô / Luís Greco. – São Paulo, SP: Marcial Pons, 2020.

80 p. : 14 x 21 cm

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86696-05-9

1. Direito – Filosofia. I. Título.

---

CDD 340

© Luís Greco

© MARCIAL PONS EDITORA DO BRASIL LTDA.

[www.marcialpons.com.br](http://www.marcialpons.com.br)

Impresso no Brasil

## SUMÁRIO

<b>Prefácio</b> .....	7
<b>I. Introdução</b> .....	11
<b>II. A questão da realizabilidade: será o juiz-robô possível, no sentido fático-descritivo?</b> .....	17
1. Observações iniciais .....	17
2. A finalidade: boas decisões judiciais .....	18
a) Decisão judicial .....	18
b) Boa decisão .....	18
3. Finalidade irrealizável já de antemão? .....	21
a) Resultados ruins? .....	21
aa) Computadores são incapazes valorar? .....	22
bb) Computadores falíveis e discriminatórios? ..	28
b) Fundamentação ruim .....	32
aa) Algoritmos como black boxes (1.0): decisões sem fundamentação .....	33
bb) Algoritmos como black boxes (2.0.): decisões racionalizadas ou insinceras .....	34
4. Conclusão intermediária .....	37

<b>III. A questão da permissibilidade: será o juiz-robô possível, do sentido normativo-prescritivo? .....</b>	<b>39</b>
1. Barreiras jurídico-positivas? .....	40
a) Barreiras constitucionais? .....	41
b) Barreiras de direito europeu? .....	42
2. Barreiras pré-positivas: incompatibilidade com a natureza do direito? .....	42
a) Racionalistas e voluntaristas diante da reedição da máquina de subsunção? .....	42
b) O problema central: aplicação do direito sem responsabilidade .....	43
aa) O argumento: impossibilidade jurídica de poder sem responsabilidade .....	43
bb) Objeções, clarificações .....	47
(1) A busca pelo responsável .....	47
(a) Programadores como responsáveis? .....	47
(b) Empresas como as responsáveis? .....	48
(c) O afetado como responsável? .....	51
(d) Robôs como responsáveis? .....	54
(2) Duas objeções de natureza filosófica. .....	59
(a) Seres humanos irresponsáveis? .....	60
(b) Poder sem responsabilidade individual-pessoal? .....	60
<b>IV. Conclusão .....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>67</b>